

# GESTÃO DA EMERGÊNCIA EM CONTEXTO PATRIMONIAL E MUSEOLÓGICO: VIRTUDES DE EQUIPAS MULTI, INTEGRADORAS DAS COMUNIDADES

JOANA RAMOS\*

PAULA MENINO HOMEM\*\*

**Resumo:** Recorrentemente, o património cultural não tem a sua proteção assegurada em situação de emergência, conduzindo a danos irreversíveis. Torna-se essencial investir em estratégias de gestão que considerem efetivamente a previsão, prevenção e resposta à emergência, e posterior recuperação. Considera-se crucial a constituição, organização concertada, (in)formação e o treino dinâmico de equipas multidisciplinares, multiprofissionais, multigeracionais e multicontextuais, integradoras das comunidades com potencial de intervenção, atendendo à eliminação/mitigação de riscos e, em caso de ocorrência, à resposta eficaz e, o mais possível, eficiente à emergência, controlando-a e dela recuperando. Pretende-se apresentar as virtudes inerentes à existência de tais equipas, bem como uma proposta de modelo de organização multiescalar.

**Palavras-chave:** Património e museus; Risco e emergência; Gestão multiperspetiva; Comunidades colaborativas.

**Abstract:** Recurrently, cultural heritage has not ensured its protection in emergency situations, leading to irreversible damage. It is essential to invest in management strategies that effectively consider the prediction, prevention and emergency response, and subsequent recovery. It is considered crucial the constitution, concerted organization, (in)formation and dynamic training of multidisciplinary, multiprofessional, multigenerational and multicontextual teams, integrating communities with potential for intervention, given the elimination/mitigation of risks and, in case of occurrence, the effective and, as much as possible, efficient response to emergency, controlling it and recovering from it. The aim of this paper is to present the virtues inherent to the existence of such teams as well as a proposal for a multiscale organization model.

**Keywords:** Heritage and museums; Risk and emergency; Multiperspective management; Collaborative communities.

---

\* Alumna. DCTP/ FLUP/ Mestrado em Museologia. joana.ferreira.ramos@gmail.com.

\*\* DCTP/ FLUP/ CITCEM. phomem@letras.up.pt.

## INTRODUÇÃO

O património cultural, à escala internacional, encontra-se, continuamente, exposto a diversos perigos, quer de origem natural quer antrópica. O extenso histórico de ocorrências é bem demonstrativo da sua diferenciada vulnerabilidade. A atualidade potencia alguns contextos de risco, como os resultantes do agravamento do efeito de estufa e das alterações climáticas a ele associadas. Neles se incluem, entre outros, o aumento da frequência e dimensão de inundações e dos incêndios urbanos e florestais. De origem diversa, agudizam-se fenómenos de cariz político-social, como o terrorismo, que, nas últimas décadas, têm assumido uma dimensão catastrófica, colocando em risco e causando a destruição de valiosos testemunhos culturais do passado. A título de exemplo, salientam-se os recentes ataques, em 2015, aos sítios arqueológicos de Hatra e Nimrud, no Iraque.

A ocorrência, tendencialmente crescente, de incêndios, inundações, roubos ou vandalismo, por exemplo, realça a importância da delineação e implementação de estratégias flexíveis e dinâmicas de gestão integrada de risco, acautelando a prevenção, avaliação, eliminação/mitigação de risco e, em caso de ocorrência, a resposta à emergência e recuperação, de forma a promover uma proteção sustentada do património cultural.

Frequentemente, em caso de emergência, nem sempre a resposta está devidamente estruturada, exercitada, avaliada e validada. Concedida a natural prioridade à vida humana, por regra, a questão da preservação dos bens culturais tem sido secundarizada, não acautelada, com sérios e irreversíveis prejuízos para a sua integridade e consequente empobrecimento cultural e identitário. A gestão da emergência que inclua, de forma equilibrada e articulada, a dimensão humana e a material, enfrenta, recorrentemente, poderosos desafios. Entre os mais frequentes, estão as limitações orçamentais, de que advêm os escassos recursos humanos, com a agravante ausência de pessoal especializado, (in)formação limitada e autonomia insuficiente.

## OBJETIVOS

Visa-se sensibilizar para a urgência da implementação de sistema de Gestão Integrada de Risco e Emergência, acautelando equilibradamente pessoas e bens culturais. Apresentam-se breves enquadramentos conceptuais, salientando as virtudes de equipas multi e integradoras da Comunidade, apresentando e discutindo modelo de organização.

## 1. GESTÃO INTEGRADA DE RISCO E EMERGÊNCIA

### 1.1. Gestão de Risco

Ao longo das últimas décadas, o aumento da consciencialização quanto à vulnerabilidade do património cultural a diferentes riscos produziu uma importante alteração nas políticas e práticas em contexto patrimonial e museológico, promovendo metodologias de avaliação que, por introdução de fórmulas de cálculo, tendem a colmatar as limitações das avaliações de carácter subjetivo. Diversos autores exploraram este novo campo na dimensão cultural, ensaiando metodologias e estratégias que adaptam de outras áreas de atuação com mais experiência na gestão de risco.

Gestão de risco é definida pela United Nations International Strategy for Disaster Reduction como:

*the systematic process of using administrative directives, organizations, and operational skills and capacities to implement strategies, policies and improved coping capacities in order to lessen the adverse impacts of hazards and the possibility of disaster<sup>1</sup>.*

De forma semelhante e sumariada, poder-se-á descrever a gestão de risco como um processo científico que inclui as atividades envolvidas na identificação, análise, avaliação, quantificação, priorização e tratamento do risco, abordando as suas origens e a incerteza dos seus efeitos, em termos de dano<sup>2</sup>.

Com vista a facilitar a implementação de estratégias de gestão de risco no contexto patrimonial e museológico, autores como Michalski<sup>3</sup>, Waller<sup>4</sup> e Ashley-Smith<sup>5</sup> apresentaram modelos de avaliação que permitem quantificar a vulnerabilidade do património, de formar a identificar prioridades e, assim, otimizar a gestão, explorando os recursos disponíveis para proteger a integridade do património cultural e garantir a segurança dos seus ocupantes.

Estes modelos tornaram-se uma força motriz na implementação de sistemas de gestão de risco em entidades culturais. Assumindo claramente uma perspetiva profilática, de avaliação e prevenção, não consideram o contexto da emergência, igualmente fundamental na salvaguarda do património.

---

<sup>1</sup> UNISDR, 2007.

<sup>2</sup> AYYUB, 2003.

<sup>3</sup> MICHALSKI, 1990; WALLER & MICHALSKI, 2004.

<sup>4</sup> WALLER, 1995; WALLER & MICHALSKI, 2004.

<sup>5</sup> ASHLEY-SMITH, 1999.

## 1.2. Gestão de Emergência

A ausência de políticas de gestão integrada da emergência, nas estratégias de proteção das entidades culturais, constitui uma relevante lacuna nos modelos de gestão, globalmente assumidos. Assim, considera-se importante ressaltar organizações e investigadores que incorporam os modelos de avaliação num sistema integrado e inclusivo de Gestão de Risco e de Emergência.

Organizações como a United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), o International Council of Museums (ICOM), o International Committee of the Blue Shield (ICBS) ou o Getty Conservation Institute (GCI), entre outros, têm desempenhado um papel fundamental na enfatização da importância da gestão integrada, propondo estratégias a implementar. Para além destas e de outras instituições culturais, verifica-se o importante contributo de entidades não patrimoniais, sendo exemplos de relevância a Federal Emergency Management Agency (FEMA) ou a Occupational Safety and Health Administration (OSHA)<sup>6</sup>. O seu contributo verifica-se, por exemplo, pela frequente implementação da divisão sistemática da Gestão Integrada da National Governors Association (NGA), proposto em 1978<sup>7</sup>, que divide a gestão em quatro fases, nomeadamente: mitigação, prevenção, resposta e recuperação da emergência<sup>8</sup>.

É importante sublinhar a pressão exercida pelas várias organizações internacionais, entre elas, as *supra* mencionadas, e os seus reflexos positivos na legislação dos diversos países. No caso de Portugal, o desenvolvimento de legislação [realce para: i) Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro; ii) Lei-quadro dos Museus, n.º 47/2004, de 19 de agosto; iii) Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro (em particular para o risco de incêndio) alterado pelo Decreto-Lei n.º 224/2015, de 9 de outubro], regulamentando aspetos da mitigação e da preparação, estimulou as instituições a projetarem e implementarem sistemas de gestão que enquadrem quer as pessoas quer o património<sup>9</sup>.

---

<sup>6</sup> RAMOS, 2014.

<sup>7</sup> Este surge como resultado da investigação do subcomité da Assistência a Desastres, da NGA, em resposta aos problemas de coordenação dos protocolos de emergência governamentais e à dispersão de recursos nos Estados Unidos da América (LINDELL *et al.*, 2001).

<sup>8</sup> NGA, 1979; O'LEARY, 2004.

<sup>9</sup> HOMEM, 2014; RAMOS, 2014.

### 1.3. Etapas

As etapas da Gestão Integrada de Risco e Emergência podem, de forma resumida e por ordem cronológica, ser descritas segundo o ciclo de quatro fases (Fig. 1), proposto pela NGA:

- i) Mitigação. Envolve todas as medidas implementadas antes da emergência, com o objetivo de reduzir a probabilidade da sua ocorrência, e, neste caso, minimizar os danos resultantes;
- ii) Preparação. Estabelece as medidas/estratégias em antecipação da emergência, incluindo a identificação/avaliação dos riscos e das vulnerabilidades da instituição, os planos de emergência, a organização dos diferentes recursos de combate à emergência e a formação dos recursos humanos;
- iii) Resposta. Decorre ao longo da emergência, implicando a implementação do(s) plano(s) de emergência, incluindo as medidas de controlo ou resolução do acidente e as medidas de minimização dos seus impactos negativos;
- iv) Recuperação. Tem implementação após a resolução da emergência, com o intuito de restituir a normalidade operacional à instituição e minimizar os danos<sup>10</sup>.

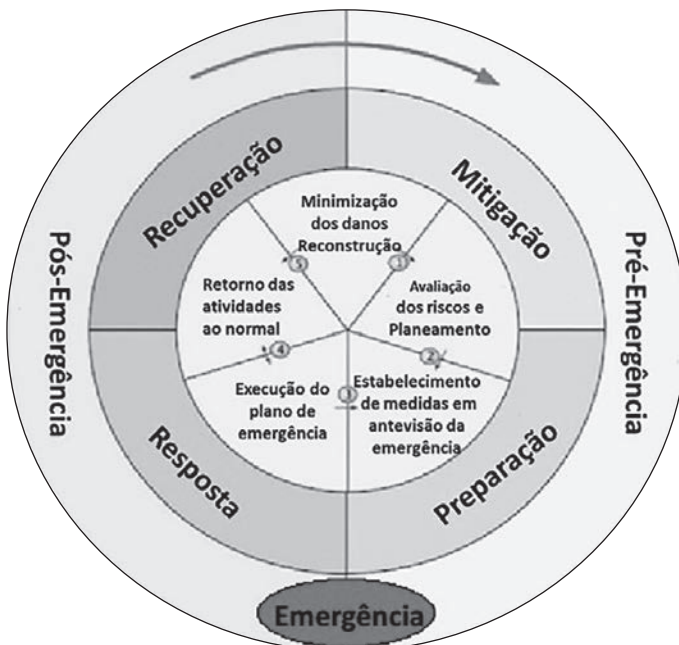


Fig. 1.  
Esquema representativo das fases da gestão integrada de risco e emergência.  
A partir de FLOODsite®, s.d.

<sup>10</sup> NGA, 1979; PHILIPS, 2009; RAMOS, 2014.

## 2. EQUIPAS MULTIDISCIPLINARES E MULTICONTEXTUAIS, INTEGRADORAS DAS COMUNIDADES

Reconhecendo a importância da gestão integrada na proteção do patrimônio, e considerando a complexidade e implicações das suas fases, torna-se crucial desenvolver programas que permitam superar as muitas dificuldades sentidas no setor cultural. Com vista a colmatar as suas deficiências e lacunas, com base na informação e estratégias investigadas, propõe-se a organização de equipas multidisciplinares, multissetoriais, multigeracionais e multicapacitadas, com elementos internos e externos à organização, com o objetivo de implementar sistemas que permitam atender a todas as atividades; pré, durante e pós emergência.

A proposta aqui apresentada prevê equipa organizada de modo a incluir elementos provenientes dos mais diversos espaços sociais, económicos, políticos e geracionais. Foram considerados elementos das forças de proteção civil, de diferentes setores das autarquias locais, dos centros de investigação e da academia, e da comunidade envolvente, na forma do voluntário tradicional mas também de entidades privadas, entre outros. Os contributos dos diferentes elementos manifestam-se nas mais diversas expressões, entre as mais evidentes, a experiência e competência profissional, na disponibilização de meios tecnológicos, recursos humanos e financeiros.

A equipa é concebida tendo como modelo de referência uma proposta do GCI que, considerando a vulnerabilidade das instituições culturais e as suas dificuldades de organização, publicou um guia de orientação para a preparação da resposta à emergência. Intitulada “Building an Emergency Plan”<sup>11</sup>, a publicação pretendeu contribuir para a colmatação da lacuna existente no contexto patrimonial e museológico, apresentando diretrizes simples e claras de criação de um plano de emergência, para processo de salvaguarda das instituições e do seu acervo<sup>12</sup>.

Atendendo às diretrizes do CGI, projetou-se uma equipa (Fig. 2) multifacetada, de consistência hierárquica, que teve em atenção as multitudes do objeto cultural a proteger e, como principal foco de interesse de adaptação, o contexto municipal, da Administração Local, por se considerar ser esse o contexto em que a maioria dos museus Portugueses se enquadra. São propostos três elementos|agentes-chave: (i) Diretor da instituição, que tem um papel fundamental na motivação e liderança da equipa; (ii) Comité de intervenção, composto por elementos-chave da equipa

<sup>11</sup> A publicação surge no final dos anos 90 do século passado, período designado pela Assembleia Geral das Nações Unidas como a “Década Internacional para a Redução de Desastres Naturais”, com o culminar do projeto do Getty Conservation Institute, iniciado em 1995 (DORGES & JONES, 1999).

<sup>12</sup> DORGES & JONES, 1999.

da entidade cultural, que através do gestor de intervenção, cabeça do comité, comunicam com o diretor; e (iii), por fim, quatro equipas departamentais. Estas são organizadas segundo as diferentes atividades da instituição, como por exemplo, o edifício e a sua manutenção, o seu acervo patrimonial, os seus registos e a segurança dos seus ocupantes. A equipa atribuída a cada uma destas dimensões do objeto patrimonial assume a responsabilidade de projetar e executar o plano de prevenção e o de emergência. As equipas respondem a um comité de intervenção, liderado por um gestor, que responde ao diretor – o responsável final pelo sistema de gestão integrada. Cada uma das equipas inclui elementos internos e externos à instituição, explorando o potencial de cada indivíduo e a sua atuação combinada e organizada<sup>13</sup>.

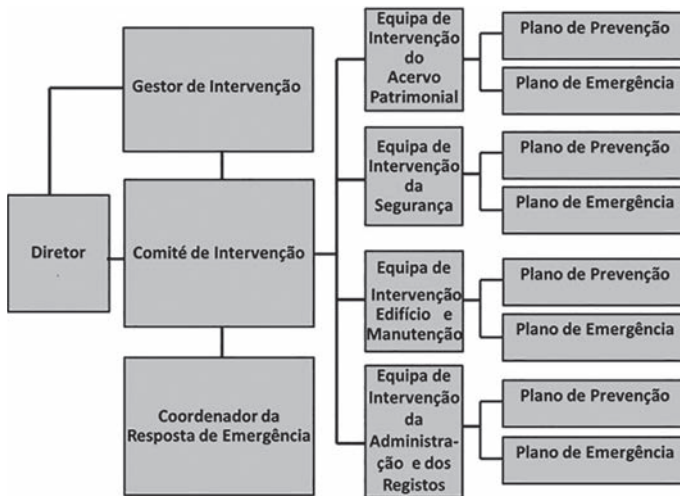


Fig. 2. Organigrama da equipa colaborativa, a partir do modelo proposto pelo GCI, contendo elementos da equipa instituição patrimonial, que estabelecem parcerias com elementos provenientes do exterior, entre outros, setores das autarquias locais, forças de proteção civil, centros de investigação e da comunidade local.

Cada membro da equipa assumirá determinadas funções e responsabilidades, nomeadamente:

- O **Diretor** da instituição deverá ser a força motriz da gestão integrada de risco e de emergência, participando ativamente na mesma, estimulando o pessoal e as entidades participantes no processo;
- O **Comité de Intervenção** deverá ser composto por pessoal de todos os setores da instituição patrimonial, apresentando uma perspetiva global da organização com as suas resistências e vulnerabilidades, recolhendo informação sobre o contexto territorial da instituição, sobre o seu edifício, as suas políticas, os

<sup>13</sup> DORGES & JONES, 1999; RAMOS, 2014.

seus procedimentos e rotinas. Com esta informação, o comitê poderá refletir sobre como as diferentes variáveis afetam a gestão integrada. Os elementos do comitê deverão propor e implementar medidas que minimizem os riscos e que limitem, em caso de emergência, os danos resultantes. Deverão, ainda, conceber apropriados planos de emergência e recuperação e participar na fase de preparação;

- O **Gestor de Intervenção**, líder do comitê, estabelece a linha de comunicação entre o diretor e os restantes membros do comitê, aos quais atribui tarefas e responsabilidades. Este deverá ser um elemento independente dos intervenientes das equipas, de forma a não acumular funções, o que limitaria a sua eficiência. Uma realidade semelhante à do Diretor, que deverá liderar a equipa;
- A **Equipa de Intervenção do Edifício e da Manutenção** participa na manutenção da integridade da construção, atuando nas pequenas tarefas diárias e nos importantes processos de preservação da estrutura;
- A **Equipa de Intervenção de Segurança** coordena o processo e os indivíduos responsáveis pela evacuação dos espaços, em termos de ocupantes e do acervo, e salvaguarda a segurança dos abrigos, protegendo o acervo de possíveis atividades criminosas. É a equipa de maior importância, dado que é responsável por “save lives and prevent or reduce injury<sup>14</sup>”;
- A **Equipa de Intervenção da Administração e dos Registos** será responsável pela preservação e salvaguarda da informação associada ao acervo e pelos serviços de informação da organização;
- A **Equipa de Intervenção do Acervo Patrimonial** será responsável pela avaliação das propriedades do acervo, as suas resistências e vulnerabilidades, e condições de manipulação<sup>15</sup>.

## 2.1. Virtudes

O estabelecimento de equipas multi e interdisciplinares permitirá superar diversos obstáculos. Obviamente, um dos maiores desafios é o financeiro. Orçamentos reduzidos implicam difíceis escolhas, levando, habitualmente, à aplicação de grande parte dos recursos em áreas de maior visibilidade. Associadas às limitações orçamentais, surgem a dependência administrativa/financeira e a direção (gestão) externa de muitas instituições públicas.

---

<sup>14</sup> DORGES & JONES, 1999: 111.

<sup>15</sup> DORGES & JONES, 1999; RAMOS, 2014.



Para além de limitados recursos financeiros, muitas instituições internacionais e, particularmente, as nacionais, apresentam equipas reduzidas e assoberbadas com variadíssimas funções e atividades que, frequentemente, são qualificadas como prioritárias em relação à gestão integrada. Mesmo as equipas que se encontram disponíveis, recorrentemente, sentem que não apresentam a adequada (in)formação para atuar neste âmbito.

Por fim, tendo em consideração que a: «modern emergency management involves many players with distinctive backgrounds and reasons for involvement»<sup>16</sup>, problemas de comunicação entre as equipas patrimoniais, entidades privadas e as forças de proteção civil são um recorrente impedimento à gestão coordenada de esforços. Com frequência, estas equipas são compostas por elementos de contextos laborais profundamente distintos, com a sua própria terminologia e com diferentes prioridades de atuação<sup>17</sup>.

Atendendo a estas dificuldades, é possível implementar uma saudável gestão integrada quando se conciliam esforços com entidades externas, estabelecendo protocolos colaborativos, formando equipas híbridas inclusivas. O envolvimento de elementos do exterior tem uma mais-valia imediata à extensão e otimização dos recursos humanos. Profissionais de diferentes âmbitos contribuirão de forma diferenciada na gestão, combinando um extenso conhecimento, explorando o potencial dos diferentes contextos de formação. A ampliação da equipa permite igualmente a partilha de atividades e responsabilidades, evitando assim a sobrecarga dos profissionais da entidade cultural. A combinação de esforços terá um relevante impacto no desenvolvimento de um eficaz plano de prevenção e de emergência, que compreenda todas as medidas fundamentais à proteção do património e dos seus ocupantes<sup>18</sup>.

Para além do acrescentar ao potencial humano, os esforços colaborativos favorecem a ampliação dos equipamentos e meios tecnológicos. Frequentemente, as intuições patrimoniais não apresentam equipamento sofisticado (de elevado custo monetário) mas poderão usufruir das ferramentas tecnológicas dos seus colaboradores. Estes poderão incluir as forças de proteção civil, a academia, outras instituições culturais<sup>19</sup>, e inclusive entidades privadas. O estabelecimento de par-

---

<sup>16</sup> HANDMER & DOVERS, 2007:12.

<sup>17</sup> DORGES & JONES, 1999.

<sup>18</sup> LEWIS, 1999; CASAVANT, 2003; TWIGG, 2004; HOMEM, 2014; RAMOS, 2014.

<sup>19</sup> Exemplos de possíveis protocolos colaborativos entre instituições culturais a contemplar serão aqueles a estabelecer entre museus, bibliotecas e arquivos. Os três tipos de instituições partilham preocupações em preservar e conservar os seus frágeis acervos (UNESCO, 2009; ICOM, 2013). As semelhanças entre as suas missões e a vulnerabilidade dos seus acervos possibilitarão a troca de valiosas experiências e informação, que permitirão otimizar a gestão integrada das instituições culturais (PERSON-HARM & COOPER, 2014).

cerias poderá, inclusive, implicar um aumento de recursos financeiros através de financiamento estatal, ou mesmo internacional, com base num projeto global colaborativo e inclusivo.

A resposta à emergência e o consequente processo de recuperação serão igualmente beneficiados. Uma equipa inclusiva, com elementos das forças de segurança pública, bombeiros sapadores, Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), entre outros, apresentará uma resposta verdadeiramente coordenada, pois os seus elementos agirão colaborativamente, organizados e orientados antes da ocorrência da emergência e, igualmente, nas consequentes medidas de resposta e recuperação. Dorges e Jones (1999) realçam a importância da coordenação e combinação de esforços, e do intercâmbio de conhecimentos e formações:

*Staff members immersed in the emergency planning process often make the mistake of overlooking local or regional services and resources. Fire departments, for example, can provide beneficial information and sound advice. The information flow works both ways: You learn from fire officials, who in turn learn about your institution and its special needs<sup>20</sup>.*

Com frequência, as forças de proteção civil não apresentam a formação necessária para reagir adequadamente aos dilemas e particulares vulnerabilidades do objeto patrimonial e museológico, cometendo, assim, erros durante a fase de resposta e recuperação, que poderão ser tão perigosos como aqueles perpetrados pelo perigo original. Todavia, com a adequada troca de informação entre a instituição e as forças de proteção civil, a adequada intervenção no objeto cultural poderá ser definida durante o período pré-emergência, evitando possíveis danos por negligência durante a resposta e recuperação da emergência.

Consoante a dimensão da equipa da instituição, a participação de elementos externos da comunidade terá que ser maior ou menor. Equipas com reduzido número de elementos terão necessidade de maior apoio externo, enquanto equipas institucionais maiores poderão apresentar uma equipa predominantemente dos seus quadros.

Resumidamente, espera-se um aumento da eficácia e da eficiência do sistema de gestão integrada de risco e emergência com o recurso a uma equipa multidisciplinar que integre variados elementos da comunidade.

## CONCLUSÃO

A missão de qualquer instituição cultural, ainda que implícita, inclui sempre a proteção da integridade dos seus ocupantes e a defesa do seu património. Conside-

<sup>20</sup> DORGES & JONES, 1999: 120.

rando as implicações éticas e deontológicas da missão destas instituições, torna-se evidente que a Gestão Integrada de Risco e Emergência é uma parte essencial da gestão saudável de qualquer entidade cultural. O seu sucesso, como fonte de usufruto para os seus visitantes, é apenas obtido considerando a segurança. Todavia, dadas as inúmeras dificuldades que as instituições enfrentam, torna-se cada vez mais relevante a colaboração de esforços com o exterior.

O estabelecimento de relações de cooperação estreita, complementar, bem orientada, organizada, treinada e de benefício-mútuo, com entidades externas às instituições culturais e a formação de equipas multidisciplinares, multissetoriais, multigeracionais e multicapacitadas, com elementos internos e externos à organização, é um fator chave para a definição e implementação de um eficaz e eficiente sistema de Gestão Integrada de Risco e Emergência, que permitirá prever, avaliar, prevenir, eliminar e/ou minimizar situações de emergência e danos, assegurando, em simultâneo, a proteção sustentada de pessoas e bens culturais.

## REFERÊNCIAS

- Assembleia da República (2004) – *Lei N.º 47/2004 de 19 de agosto. Aprova a Lei-quadro dos Museus Portugueses*. «Diário da República», I Série-A 195, p. 5379-5394. Lisboa.
- ASHLEY-SMITH, Jonathan (1999) – *Risk Assessment for Object Conservation*. Oxford: Butterworth-Heinemann.
- AYYUB, Bilal (2003) – *Risk Analysis in Engineering and Economics*. Florida: Chapman & Hall/CRC.
- CASAVANT, David (2003) – *Emergency Preparedness for Facilities: A Guide to Safety Planning and Business Continuity*. Plymouth: ABS Consulting.
- DORGE, Valerie; JONES, Sharon (1999) – *Building an Emergency Plan: A Guide for Museums and Other Cultural Institutions*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute.
- HANDMER, John; DOVERS, Stephen (2013) – *The Handbook of Disasters and Emergency and Institutions*. Londres: Earthscan.
- HOMEM, Paula Menino (2014) – *Património cultural: Gestão integrada de risco*. «PROCIV, Boletim Mensal da Autoridade Nacional de Protecção Civil», vol. 75, p. 6-9. Disponível em: <[http://www.protecaoacivil.pt/newsletter/PROCIV\\_75JunhoWeb.pdf](http://www.protecaoacivil.pt/newsletter/PROCIV_75JunhoWeb.pdf)>. [Consulta realizada em 10/07/2015].
- ICOM (2013) – *ICOM Code of Ethics for Museums*. Disponível em: <<http://icom.museum/the-vision/code-of-ethics/>>. [Consulta realizada em 27/07/2016].
- LEWIS, James (1999) – *Development in Disaster-prone Places: Studies of Vulnerability*. Londres: Intermediate Technology Publications.
- LINDELL, Michael; TIERNEY, Kathleen; PERRY, Ronald (2001) – *Facing the Unexpected: Disaster Preparedness and Response in the United States*. Dulles: Joseph Henry Press.
- MICHALSKI, Stefan (1990) – *An overall framework for preventive conservation and remedial conservation*. Los Angeles: ICOM Committee for Conservation.

- Ministério da Administração Interna (2008) – *Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro. Estabelece o regime jurídico de segurança contra incêndio em edifícios*. «Diário da República», I Série-A 220, p. 7903 – 7922. Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- NGA (1979) – *Emergency Preparedness Project: Final Report*. National Governors Association. Washington: Defense Civil Preparedness Agency.
- O’LEARY, Margaret (2004) – *Measuring Disaster Preparedness: A Practical Guide to Indicator Development and Application*. Lincoln: iUniverse, Inc.
- PERSON-HARM, Angela; COOPER, Judie (2014) – *The Care and Keeping of Cultural Facilities: A Best Practice Guidebook for Museum Facility Management*. Plymouth: Rowman & Littlefield.
- PHILIPS, Brenda (2009) – *Disaster Recovery*. Boca Raton: Taylor & Francis Group.
- RAMOS, Joana (2014) – *O Risco de Incêndio em Contexto Museológico. Contributos para a Gestão Integrada da Emergência*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado.
- TWIGG, John (2004) – *Good practice review. Disaster risk reduction: Mitigation and preparedness in development and emergency programming*. Londres: Overseas Development Institute Humanitarian Practice Network
- UNESCO (2009) – *Reducing Disasters Risks at World Heritage Properties*. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/disaster-risk-reduction/>>. [Consulta realizada em 27/07/2016].
- UNISDR (2007) – *Terminology*. Disponível em: <<http://www.unisdr.org/we/inform/terminology>>. [Consulta realizada em 01/08/2016].
- WALLER, Robert (1995) – *Risk Management Applied To Preventive Conservation*. In: ROSE, Carolyn et al. (eds.) – *Storage of Natural History Collections: A Preventive Conservation Approach*. Iowa: Society for the Preservation of Natural History Collections Iowa City, p. 21-27.
- WALLER, Robert; MICHALSKI, Stefan (2004) – *Effective preservation, from reaction to prediction*. «The Getty Conservation Institute Newsletter», vol. 19. Los Angeles: Getty Conservation Institute, p. 4-10.

